

O PAPEL DOS AGENTES SOCIAIS E DAS INSTITUIÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Sidinéia Maria de Souza¹

Resumo: O desenvolvimento territorial se refere a um conjunto de ações sociais e econômicas que é articulado por diferentes atores, centrados em um dado território e vinculados de acordo com o sistema local. Os territórios são construções socioeconômicas e institucionais realizadas por esses atores sociais que utilizam o poder simbólico (produto histórico de processos sociais, econômicos e políticos) sobre o ambiente biofísico, convertendo-o em seu território. Esse artigo analisa a relação entre práticas de economia solidária e desenvolvimento territorial por intermédio da avaliação de que modo a existência (ou inexistência) de atividades econômicas solidárias tem sido elemento facilitador (ou dificultador) do desenvolvimento territorial no Norte de Minas e qual o papel dos agentes sociais e das instituições nesse processo. O objeto de estudo foram três empreendimentos econômicos solidários – EES que se constituíram a partir de organização coletiva e autogestão. O estudo nos traz a percepção de que práticas de economia solidária contribuem para o processo de desenvolvimento territorial, no entanto, ainda é necessário avançar em muitos pontos, como no maior apoio de políticas públicas ao movimento de economia solidária, escasso apoio econômico aos empreendimentos solidários, ampliação das redes de produção e comercialização solidária.

Palavras-chave: atores sociais, institucionalidades, economia solidária e Norte de Minas Gerais.

¹ Doutora pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professora efetiva do Departamento de Ciências Econômicas da Unimontes. Campus Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

Abstract: The territorial development refers to a group of social and economic actions which are based by different actors, centered in a certain territory and bound according with the local system. Territories are socioeconomic and institutional constructions done by these social actors who use symbolic power (historic products of social, economic and politic processes) about biophysical environment, converting it in their territory. This article analyses the relation between solitariness economy practices and territorial development through the evaluation of how the existence (or inexistence) of solidarity economic activities have been facilitator element (or difficult) in northern Minas territorial development and what is the part of social agents and institutions in this process. It was taken up for study three solidarity economic ventures - SEV which were constituted from collective organization and self-management. This study bring us the perception that solidarity economic practices contribute to territorial development process, however, it's necessary progress in a lot of points, for example in a greater support of public politics for the solidarity economy movement, scarce economic support for the solidarity enterprises, expansion of production networks and solidarity marketing.

Keywords: Social actors, institutionality, solidarity economy and northern Minas Gerais.

Resumen: El desarrollo territorial se refiere a un conjunto de acciones sociales y económicas que es articulado por diferentes actores, centrados en un determinado territorio y vinculados de acuerdo con el sistema local. Los territorios son construcciones socioeconómicas e institucionales realizadas por esos actores sociales que utilizan el poder simbólico (producto histórico de procesos sociales, económicos y políticos) sobre el ambiente biofísico, convirtiéndolo en su territorio. Este artículo analiza la relación entre prácticas de economía solidaria y desarrollo territorial por medio de la evaluación de qué modo la existencia (o inexistencia) de actividades económicas solidarias ha sido elemento facilitador (o dificultador) del desarrollo territorial en el Norte de Minas y cuál es el papel agentes sociales y de las instituciones en este proceso. El objeto de estudio fueron tres emprendimientos económicos solidarios - EES que se constituyeron a partir de organización colectiva y autogestión. El estudio nos trae la percepción de que las prácticas de economía solidaria contribuyen al proceso de desarrollo territorial, sin embargo, todavía es necesario avanzar en muchos puntos, como en el mayor apoyo de políticas públicas al movimiento de economía solidaria, escaso apoyo económico a los emprendimientos solidarios, ampliación de las redes de producción y comercialización solidaria.

Palabras claves: actores sociales, institucionalidades, economía solidaria y Norte de Minas Gerais

Introdução

Os territórios vão além da divisão espacial geográfica do Estado-Nação; são construções socioeconômicas e institucionais realizadas por diferentes atores sociais, apoiadas na vertente política, econômica, cultural ou simbólico-cultural sobre o ambiente biofísico (natural). (BORDIEU, 2007; HAESBAERT, 2006; ORTEGA, 2008). Podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas se alterando no espaço e no tempo, enquanto processo da própria dinâmica social. Já o desenvolvimento territorial se refere às estratégias socioeconômicas e institucional, organizadas por atores sociais, centradas em um dado território ou localidade e vinculadas de acordo com o sistema local. A organização dos atores sociais locais são elementos importantes no processo de desenvolvimento econômico local e essa mobilização social local, enquanto esforço das solidariedades e cooperações locais, aproximam-se da economia solidária.

A perspectiva da economia solidária na prática do desenvolvimento é de um modelo alternativo, com trabalhadores organizados e ativos do processo de transformação socioeconômico da realidade que vivem, produzindo bens e serviços sempre orientados por valores solidários como *cooperação, solidariedade e confiança*, utilizando tecnologias apropriadas às especificidades locais e o uso adequado dos recursos produtivos da sua localidade (GOGELIER, 2001; SINGER, 2002; 2004). Assim, a valorização das redes sociais e de cooperação e solidariedade, presentes nas práticas de economia solidária, estão relacionadas aos processos de desenvolvimento territorial (endógenos), visto que a concepção de território imbrica em outra forma de empreender o desenvolvimento, com participação cidadã, relações horizontais de poder e presença de laços de confiança e cooperação.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar a relação entre as práticas de economia solidária e desenvolvimento territorial, por intermédio da avaliação de que modo a existência (ou inexistência) de atividades econômicas solidárias tem sido elemento facilitador (ou dificultador) do desenvolvimento territorial no Norte de Minas, assim como o papel desempenhado por agentes sociais e instituições nesse processo de desenvolvimento.

Com o intuito de responder ao objetivo proposto optou-se pelo ‘estudo de caso’ em três organizações coletivas de produção e comercialização solidária, organizadas sob a forma de autogestão. São elas: *Unidade de*

Beneficiamento de Coco Macaúba – UBCM, Núcleo Regional Solidário Flor do Pequi e Essências do Cerrado. A decisão pelo estudo de caso, como forma de coleta de dados, deve-se ao fato de que tanto o desenvolvimento territorial como a economia solidária se referem a um conjunto de ações socioeconômicas e institucionais que são articuladas por diferentes atores sociais que juntos buscam novas formas de gerir o desenvolvimento. A seleção dos três empreendimentos deu-se pela história de mobilização e organização local em suas localidades e a forte articulação existente entre eles no processo de implantação das políticas de economia solidária na região Norte de Minas Gerais, de modo a superar as dificuldades socioeconômicas e de promover mudanças em seus locais enquanto um ator social e político, capaz de lutar por sua sobrevivência, direitos e cultura.

Os procedimentos e normas para a coleta de dados foram o uso da pesquisa qualitativa como: a observação participante e entrevista não diretiva aos sócios dos empreendimentos. Usou-se ainda um questionário abrangendo questões relativas a organização, parcerias e redes de cooperação. Durante a aplicação do questionário e nas visitas aos locais de produção e comercialização empregou-se ainda a técnica da observação participante.

O artigo está dividido em cinco seções, além dessa Introdução. A primeira seção trata do conceito de território e desenvolvimento territorial. A segunda seção apresenta o papel das relações sociais no desenvolvimento territorial e da banalização do global - local. A terceira seção discute a formação do Norte de Minas e suas políticas de desenvolvimento regional. A quinta seção faz uma análise dos empreendimentos sob a perspectiva do desenvolvimento territorial. E a última seção, expõe as principais considerações sobre o estudo.

1 Sobre o Conceito de Território e Desenvolvimento Territorial

O conceito de território foi negligenciado no debate acadêmico, deixando de lado a dimensão espacial da atividade econômica por um longo tempo. O fato é que a literatura econômica preferia a noção de espaço à de território, tratada muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção. Frequentemente utilizamos ou entendemos o conceito de território como sinônimo de espaço geográfico, no entanto, há aproximações e distinções, o que requerer uma abordagem conceitual mais ampla de ambos os conceitos (HAESBAERT, 2006; SANTOS, 1994).

Milton Santos discute no texto “*Retorno do Território* (1994)” o uso do território como um objeto de análise social, uma forma impura e híbrida que merece constante revisão teórica, enquanto, o espaço é algo além do geográfico, que assume caráter de instância social, como a economia, a cultura e a política. (SANTOS, 1994). Ao categorizar o espaço, Santos (1994) esclarece que este já foi visto como sinônimo de território usado - *abrigo de todos os homens*, nesse entendimento, o território era o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o subordinava e o moldava.

Por outro lado, para Santos (1994), essa nova realidade comporta novos recortes e novos modos de funcionamento do território sendo caracterizados por *horizontalidades* e *verticalidades*. As horizontalidades constituem o domínio da contiguidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Já as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais, sendo o território formado de lugares contínuos e de lugares em rede.

Ao tratar o território como lugares em rede Santos (2005, p. 256) se aproxima do conceito de ‘*espaço banal*’ de François Perroux. “*O espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns*”. Todavia, *espaço banal* e *redes*, são os mesmos lugares (espaços), mas com funcionalidades diferentes, trata-se ora até mesmo de divergentes e opostos (SANTOS, 2005).

Já Benko (2002) examina a organização de territórios em redes, utilizando a teoria da hierarquia dos lugares. O autor argumenta que a abordagem global dos lugares define as regiões por suas posições numa estrutura mais ampla, onde o debate se trava entre a abordagem expressa em divisão inter-regional do trabalho - *esquema estruturalista* - e outra que fala da capacidade endógena do desenvolvimento - *distrito industrial*.

No esquema estruturalista as produções urbanas tendem a organizar-se em redes de ‘*lugares centrais*’ com malhas hexagonais e supondo que uma cidade esteja no nó da maior parte das redes, fazendo com que essas redes girem em torno desse ‘*centro de nós*’, as chamadas cidades de segundo nível. (BENKO, 2002). Segundo o Benko a fraqueza da teoria da hierarquia dos lugares centrais é o pressuposto do *espaço homogêneo*, que se esquece da irreduzível especificidade da sociedade local, do papel do Estado local, da natureza das relações e compromissos sociais locais, de seu modo de regulação garantido pelo Estado local, entre outras. Ou seja, é uma reflexão sobre a personalidade do território local, atribuindo o sucesso e o

crescimento de regiões industriais à sua dinâmica interna. O fato é que se o espaço é homogêneo, como desejava a teoria dos lugares centrais, não haveria mais fronteiras e o desenvolvimento regional seria igual para todas as regiões. Porém, ao analisar a questão do desenvolvimento regional, Benko (2004) considera o espaço de modo disjunto, sendo que as atividades tecnológicas, com alto nível de qualificação, alta tecnicidade e funções direcionais são reservadas às regiões centrais, ao passo que as tarefas repetitivas, pouco qualificadas e que requer considerável mão de obra se veem relegadas à periferia. Por isso, pode-se dizer que há hierarquia funcional entre as cidades, o que lhes confere funções supranacionais nas quais pode basear uma nova hierarquia urbana.

Ao abordar a hierarquia dos espaços Benko (2004) discute os princípios dos novos territórios produtivos: os *distritos industriais*, como o caso da *Terceira Itália* e sua importância no estudo do desenvolvimento das regiões. Essa região caracteriza-se pela presença de pequenas empresas, cuja estratégia de crescimento é inovação constante e a utilização de métodos flexíveis de produção. Os *distritos industriais* possuem forte vínculo de cooperação entre empresas, sociedade civil e governo criando um ambiente favorável ao desenvolvimento regional – conhecido como *capital social*.

Ainda com relação a hierarquia dos espaços, Haesbaert (2006) explica que a *transnacionalização* dos territórios, com base nos processos político-institucionais de construção de territórios e de ordem político-econômica para determinar as redes técnicas, são centradas em espaços com maior dotação de capital, capacidades de gestão e qualificações técnicas. Em última instância pode-se concluir que o desenvolvimento regional ocorre de maneira assimétrica, onde alguns espaços serão privilegiados em detrimento de outros.

Outro fato importante é o “mito” da ‘sociedade em rede’ com o fim das fronteiras e a crise da territorialidade. É fato que as novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, colaboram com a anulação das *barreiras espaciais*, diminuindo espaços, assim como o tempo das transações econômicas, mas isso não significa necessariamente crise da territorialidade. Segundo Haesbaert (2006, p.20) mesmo que o mundo das divisões territoriais, dos estados nações, na forma como conhecemos hoje, esteja condenado, não há ainda como definir o “*indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-lo num determinado contexto geográfico, territorial*” influenciado por interesses de ordem político-

cultural (igreja), político-militar (exército) e político-econômica (redes técnicas (HAESBAERT, 2006, p. 20-21).

Sendo assim, em um mesmo território, podem ocorrer muitas territorialidades, resultado do esforço coletivo de diferentes grupos sociais em estabelecer e ocupar o território. Não existindo homogeneização do espaço e sim novas territorialidades. É no espaço humano, espaço habitado e utilizado pelos indivíduos que ocorrem as interações sociais e conseqüentemente as transformações do espaço, sendo que as ações são resultantes de necessidades naturais ou criadas por aqueles que utilizam o território (SANTOS, 2005, p.255).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar o papel exercido pelos agentes sociais e institucionais na construção, emergência ou reprodução do seu território, mais especificamente novas formas de territorialidades sob a ótica de Empreendimentos Econômicos Solidários no Norte de Minas Gerais.

2 O Papel das Relações Sociais no Desenvolvimento Territorial

Segundo Granovetter (2002) todas as ações, fenômenos e instituições econômicas só são expressivas se analisadas à luz da sua inclusão num quadro de relações sociais significativas dentro do território. Afinal, os atores sociais tomam decisões, se comportam estrategicamente e avaliam o contexto social no qual estão inseridos, buscando melhor as suas condições socioeconômicas.

Para compreender como um território se estrutura e posiciona, analisando o seu desempenho competitivo, Reis (2007) explica que não se pode restringir a análise apenas a um cálculo econômico e racional dos recursos ou da tecnologia de que se dispõem, mas também da sua dimensão territorial, dos valores e lógicas sociais, das políticas, culturas cívicas e organizacionais e do papel das instituições no desenvolvimento territorial (REIS, 2007).

Para Reis (2007), as instituições são entendidas como consolidações coletivas de formas de compreender, agir e organizar as interações em sociedade, denominada pelo autor como *governança*. Ressaltando que a governança das sociedades e das economias não é uma simples mobilização de único princípio de cálculo e de poder (por exemplo, mercado e Estado); é um conjunto de mecanismos que usam diferentes formas de coordenação

das ações individuais e mobilizam várias estruturas sociais em *prol* de um objetivo.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que as sociedades contemporâneas não são hoje facilmente representáveis por uma lógica de organização hierárquica em que o poder de integração vertical capte e coordene o essencial da ação coletiva como proposto na *teoria da hierarquia dos lugares*. Nesse sentido, Reis (2007) nota que é preciso ordenar a diversidade, enquanto a primeira tarefa da *governança*, numa perspectiva interacionista e plural. Afinal, não se trata apenas de uma relação entre dois mundos, nem de uma relação de um só sentido, ao contrário, supõe várias estruturas, vários atores, vários processos, capacidades, vocábulos e, sobretudo, vários mecanismos (REIS, 2007).

Nessa relação de construção, emergência ou reprodução dos territórios é possível existir e interagir vários agentes sociais, sendo os mais relevantes, na concepção apresentada por Mariani & Arruda (2010): as múltiplas atividades econômicas; os empreendimentos multinacionais/transnacionais; os intensivos em tecnologia e emprego de capital; as comunidades típicas; as Organizações Não-Governamentais - ONGs e o próprio poder público. Ou seja, instituições econômicas, sociais e políticas articuladas ao território, constituindo-se num conjunto de redes de relações. Como o objetivo do artigo é analisar o papel exercido pelos agentes sociais e institucionais no território Norte Mineiro, sob a ótica da atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, adotaremos, uma abordagem institucionalista do desenvolvimento, ou seja, implica reconhecer que desenvolvimento não se restringe ao cálculo de produto *per capita* e equilíbrio de longo prazo, mas a um processo mais amplo e complexo, onde as instituições e os agentes locais exercem importante efeito sobre a organização, estruturação e modificação dos níveis de crescimento e desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento territorial configura um movimento interno da localidade, sendo o indivíduo o agente idealizador e promotor das suas mudanças econômicas e sociais, juntamente com as instituições públicas e privadas em um movimento ora de cooperação e ora de conflitos. Entretanto, é importante ressaltar que qualquer ação para o desenvolvimento territorial é também práticas de desenvolvimento econômico local, ou seja, configura um movimento interno da localidade em busca de melhores condições socioeconômicas e revalorização do seu território.

No entanto, Brandão (2007, p. 35) adverte para a armadilha do pensamento único que *“invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade, no qual teria ocorrido o fim das escalas intermediárias entre o global e o local”*. Segundo Brandão (2007), houve por um lado, a revalorização do território, mas por outro, a banalização do global-local.

2.1 A Banalização do Global - Local

Brandão (2007) critica a proposta de desenvolvimento construído totalmente no âmbito local e fala da necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional. O autor argumenta ainda que nos últimos anos, a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento territorial, no Brasil e no mundo. De acordo com o autor, há um exagero na capacidade endógena de determinado território em engendrar o desenvolvimento socioeconômico. Veltz (1996, p.113) *apud* Brandão (2007) aponta esse fato como *“o fim da centralização, da concentração, da massificação e da standardização e (a vitória) de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais, pelo localismo”*.

Brandão (2007) argumenta que a hegemonia localista tem tratado a sociedade como se ela fosse constituída por agentes, e não por classes sociais, que orientam suas ações pelo compartilhamento dos valores da auto identidade e do pertencimento a comuns, mais do que por interesses de classe. A questão a ser ressaltada é que ao adotar esse tipo de política pública, em que se desconsidera a questão de classes, o que se permite, na verdade, é a preservação da exclusão, é a manutenção do poder entre os poderosos (econômicos e políticos), abandonando, portanto, qualquer perspectiva de existência de luta de classes sociais, e atribuindo toda a ênfase nas relações estabelecidas com base no conceito de mobilização local e capital social. Para Brandão (2007, p. 46):

As mudanças tecnológicas e organizacionais teriam possibilitado tal poder de governança entre empreendedores e agentes inovativos, que logram dar coerência a iniciativas que “estão no ar”, isto é, alguns agentes visionários conseguem aglutinar competências dispersas e promover a federação da produção de produtos independentes. Tudo passa a ser uma questão de empreendedorismos e vontades. Aos trabalhadores, restaria tornar-se patrões, “donos de seu próprio negócio”, ou buscar qualificação

para melhorar sua empregabilidade Brandão (2007, p. 46).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento advém de forças espontâneas e da capacidade do local de empreender ações cooperativas e reflexões coletivas, baseadas nas relações de reciprocidade entre os membros da comunidade. Nesse contexto, o Estado pouco teria o que fazer, restringindo sua ação ao de prover externalidades positivas e articular parcerias com setor privado (BRANDÃO, 2007).

Muls (2008) argumenta, ainda, que há uma tendência à confrontação entre a pressão supranacional e a reação autônoma produzida pelos territórios, questionando o sentido da regulação estatal. No entanto, para o autor, isso não significa que os Estados Nacionais deixem de desempenhar um papel importante no plano econômico, e apesar da crise da regulação, o que se modifica é a relação entre o poder público central e os poderes locais, que não deixam de existir, mas passam por uma mutação.

Brandão (2007, p. 50) destaca que a falha mais grave, em última instância, da literatura sobre desenvolvimento local e regional (territorial) é a negligência da questão fundamental da hegemonia e do poder político. Segundo o autor, é necessário “*pesquisar os processos assimétricos em que um agente privilegiado (os centros de decisão) detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem*”. Segundo Muls (2008, p. 9 -10), a divisão internacional do trabalho tem mudado de forma ao longo dos anos, mas continua a exercer a sua influência no sentido de ditar aos territórios o que devem produzir, em que mercados e a que preço devem vender.

Dessa forma, concluímos que a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial deve contar com a participação de todas as representações institucionais envolvidas, poder público local, empresas e sociedade civil, entretanto, não se deve negligenciar a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais amplo: *desenvolvimento nacional*.

3 O Norte de Minas Gerais

3.1 O Território

O território aqui estudado, visto pelo prisma geopolítico, está localizada na região Norte de Minas Gerais, ou ainda, no semiárido do estado de Minas Gerais. No imaginário social brasileiro o semiárido é o lugar dos camponeses

pobres, distante do litoral, caracterizado por um vazio econômico e de civilização, com natureza pouco diversificada (mata seca, cerrados), e de difícil utilização e clima árido. Entretanto, apesar desse entendimento, há outros pontos de vista sobre a Região. A visão ‘de dentro’, daqueles que vivem no Norte de Minas Gerais e que reconhecem a pobreza de grande parte da população, mas enxergam o semiárido como um lugar de recursos naturais abundantes, muito rica em fauna e flora, importante para a manutenção da vida de sua população. Descreve o norte mineiro como um resistente a seca que aprendeu a laborar no semiárido e que têm identidade própria, elaborando o seu *território de identidade*.

Tanto Costa (2005), quanto Lessa (2007), chamam a atenção para a realidade regional norte mineira a partir de processos sociais vividos, do conhecimento da história das raízes de sua sociedade, da integração do homem com o meio ambiente, entre outros aspectos diversos e relacionados com os cenários locais, regionais e nacionais. Esses aspectos diferenciam a região Norte de Minas das demais regiões de Minas Gerais e parece aproximá-la da realidade regional do Nordeste brasileiro. Esse território constitui mais do que um espaço físico e restrito, configura um espaço social, econômico, cultural e ambiental em constante transformação. Não existindo homogeneização do espaço e sim novas territorialidades, com identidade coletiva própria do lugar (FISCHER, 2002; MULS, 2008).

Ressaltando que a organização dos atores sociais locais são elementos importantes no processo de desenvolvimento econômico local e essa mobilização social local, enquanto esforço das solidariedades e cooperações locais, aproximam-se da economia solidária. A perspectiva da economia solidária na prática do desenvolvimento é de um modelo alternativo, com trabalhadores organizados e ativos do processo de transformação socioeconômico da realidade que vivem, produzindo bens e serviços sempre orientados por valores solidários como *cooperação*, *solidariedade* e *confiança*, utilizando tecnologias apropriadas às especificidades locais e o uso adequado dos recursos produtivos da sua localidade (GOGELIER, 2001; SINGER, 2002; 2004).

Assim, a valorização das redes sociais e de cooperação e solidariedade, presentes nas práticas de economia solidária, estão relacionadas aos processos de desenvolvimento local endógenos, visto que a concepção de território imbrica em outra forma de empreender o desenvolvimento, com participação cidadã, relações horizontais de poder e presença de laços de confiança e cooperação.

3.2 Políticas de Desenvolvimento Regional

O modelo de desenvolvimento regional ocorrido no Norte de Minas Gerais na década de 1960 e início dos anos de 1970, ocorreu por meio da implantação de grandes projetos agropecuários, instalação de perímetros de agricultura irrigada e reflorestamento de eucalipto e pinho em diversas áreas da Região, incentivadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE² e pela Companhia de Desenvolvimento do vale do São Francisco - CODEVASF, (hoje Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) (DAYRREL, 2000; RODRIGUES, 2000; LESSA, 2007). No entanto, esses investimentos não beneficiaram a população norte mineira que secularmente ali vivia e acabaram por contribuir com o êxodo rural.

Com a incorporação da Região na área da SUDENE, o Estado passou a intervir na economia local com investimentos diretos, incentivos fiscais e com a construção de infraestrutura (transportes, energia, telecomunicações). Segundo Telles (2006, p. 21), os investimentos tinham como objetivo atrair *“empresários de outras regiões (centro-sul de Minas Gerais e demais regiões do País) por meio de isenção de impostos e subsídios, destinados a projetos particulares que fomentassem a dinamização industrial da Região”*.

No que concerne aos investimentos em transporte, o intuito era o de melhorar a integração das empresas com outras cidades da Região e Estados devido à quase inexistência de rodovias pavimentadas. Já a baixa capacidade de geração de energia poderia prejudicar a implantação de novas indústrias e limitar a capacidade de produção das que já estavam em funcionamento, sendo uma condicionante importante para impulsionar as forças produtivas e o crescimento econômico da Região. (OLIVEIRA, 2000; PEREIRA, 2007).

Com relação aos investimentos industriais na região Norte de Minas Gerais, a distribuição concentrou-se, basicamente, em cinco municípios específicos: Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas, sendo estes municípios os responsáveis por boa parte do Produto Interno Bruto - PIB total e do produto *per capita* da Região (TELLES, 2006). De acordo com Braga (1985, p.74) houve concentração dos investimentos

² Criada por meio da Lei Federal 3.692 de 15 de dezembro de 1959, numa ação do então presidente Juscelino Kubitschek.

industriais na cidade de Montes Claros, com 54,8% de um total de 96,8% dos projetos realizados pela SUDENE; 25,8% foram investidos em Pirapora, 13% em Várzea da Palma e 3,2% em Bocaiúva, sendo que os demais, 3,2%, foram distribuídos para outros municípios da Região.

O maior número de indústrias terem sido instaladas nas cidades de Montes Claros e Pirapora se devem as pré-condições de infraestruturas disponíveis (ainda que não no patamar ideal) nas próprias cidades, demonstrando que mesmo com uma perspectiva de desconcentração do desenvolvimento econômico nacional houve concentração dos investimentos, projetos e indústrias, em alguns municípios dentro da área de atuação da SUDENE.

Quanto às disparidades provenientes da expansão do capitalismo na Região, Dayrell (2000, p.189) adverte que muitas indústrias que aqui se instalaram atraídas pelos incentivos fiscais, financeiros, bem como dos créditos subsidiados com juros negativos não utilizavam a mão de obra da Região por sua ‘incapacidade’ operacional para lidar com a tecnologia implantada no processo fabril. Deixando muitas famílias que migraram do campo para a cidade, e que foram excluídas do processo de desenvolvimento, sem trabalho formal, tendo que buscar diferentes alternativas de sobrevivência.

Dayrell (2000, p. 189) indica ainda que por se tratar de incentivos quase sempre fiscais, os municípios pouco lucraram com a arrecadação. Braga (1985, p. 45) observa, também, que somente 25% dos capitais investidos nos projetos de industrialização eram originários do Norte de Minas Gerais e apenas 6,6% da produção industrial era destinada ao mercado local, não atendo de maneira satisfatória às necessidades estruturais do desenvolvimento econômico da Região. E por se tratar de órgão público de concessão de recursos, houve ainda conflitos de interesses e denúncia de corrupção, inviabilizando a continuidade do projeto. O que colaborou para o fracasso da iniciativa do Estado em promover o desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais.

Diante da crise do desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais, nos anos de 1990, a maioria da população acabou migrando para outras áreas e cidades, rompendo com o ciclo secular de convivência com o semiárido. Muitas dessas famílias (re)emergem em diferentes contextos e com diferentes estratégias de sobrevivências amparadas em redes de solidariedade e cooperação. Buscam novas formas de geração de trabalho e

renda onde somente o resultado monetário parece não ser o mais importante. Nesse sentido, analisamos no próximo tópico, os empreendimentos econômicos solidários e sua capacidade em contribuir para a promoção do desenvolvimento territorial.

4 Análise dos Empreendimentos Sob a Perspectiva do Desenvolvimento Territorial

Buscamos identificar a presença (ou não) de diferentes valores, comportamentos e principalmente redes de relações nos empreendimentos econômicos solidários, que os impulsionam ao desenvolvimento de uma territorialidade que favoreça ao desenvolvimento territorial endógeno e alternativo. Ou seja, qual o papel dos diferentes agentes sociais e das instituições, ligadas a economia solidária, no processo de desenvolvimento territorial do Norte de Minas.

4.1 As Redes Como Facilitadoras do Desenvolvimento Territorial

A noção de redes de solidariedade é entendida por Ogando (2012) como aquelas ligadas ao mesmo fórum, as mesmas feiras, que possuem uma mesma forma de distribuição do produto, que fazem parte de uma mesma cadeia produtiva ou até mesmo que estão ligados por terem a mesma entidade de apoio, e por isso, participam de programas de capacitação em conjunto. Nesse sentido, o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2007, p.18) identificou entidades de apoio que atuam principalmente no fomento e fortalecimento de *cadeias produtivas*, por meio de trocas solidárias e participação em fóruns e feiras de economia solidária com ações como: *capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento*.

De acordo as noções de redes de cooperação e solidariedade, e considerando os princípios fundantes da economia solidária, cooperação, autogestão e solidariedade, o ponto que nos interessa na discussão sobre a economia solidária e sua possível contribuição ao desenvolvimento territorial são as redes horizontais, ou seja, a interação entre empreendimentos econômicos solidários e instituições que são mais um elemento na economia local. Nesse sentido foi possível verificar diferentes relações sociais com diferentes entidades. Há aquelas de abrangência local que se formam entre diferentes empreendimentos econômicos solidários,

entre os sócios do mesmo empreendimento, entre sócios de EES diferentes, entre os empreendimentos solidários e os moradores da localidade, e com outras instituições, como Associações de Produtores Rurais, Incubadoras de Economia Solidária, Fóruns de Economia Solidária, entre outras.

Durante a pesquisa observou-se que os empreendimentos mantêm parcerias (troca de produto, conhecimento, troca simbólica ou cultural, acesso ao mercado) com outros empreendimentos.

Às vezes na feira eles trazem algum produto que eu gosto, mas to sem o dinheiro. A gente troca. (E 22).

Quando tem feira em outra cidade ou Estado juntamos tudo e alguém leva. Não dá pra todo mundo ir, não tem recurso. A gente se ajuda. E quem leva tem a responsabilidade de cuidar de tudo. [...] Não tem problema. (E 30).

Tem os cursos de socialização e as reuniões com a ITCP. É um grupo maior. Cada um representa o seu grupo, mas nesses momentos somos um grupo só. (E 5).

As parcerias estabelecidas entre os empreendimentos econômicos solidários são redes de coesão social, o que possibilita ir além de ações pontuais no enfrentamento à pobreza e exclusão social local, construindo estratégias integradas de ação em busca de uma proposta alternativa ao desenvolvimento, onde são considerados valores como cooperação e solidariedade, avançando em direção a propostas mais abrangentes em todo o território.

Tão importante quanto as redes de cooperação solidária são as entidades de apoio. Elas desenvolvem ações de apoio em diferentes modalidades (capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, entre outras), podendo ser apoio de outras esferas como apoio de outros setores organizados da sociedade civil (ONGs, OCIPs) e do governo, no caso prefeituras, projetos e políticas públicas para a economia solidária (OGANDO, 2012). Uma entidade que merece destaque no incentivo à economia solidária no Norte de Minas é a Incubadora de Economia Solidária – ITCP/Unimontes. As Incubadoras foram idealizadas como uma estratégia de ‘utilizar’ os recursos humanos e conhecimento da Universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias (GOMES et al, 2007).

A ITCP/Unimontes atua na incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários no Norte de Minas Gerais, no âmbito da extensão da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, desde 2007. No ano de 2016 acompanhava cinco empreendimentos econômicos solidários, dos quais três deles, pesquisados nesse artigo. Desde o início do projeto já acompanhou 14 EES na Região. Alguns deles já concluíram o processo de incubação. Iniciou os trabalhos com sete grupos (urbanos e rurais) que se propunham a organizar-se em forma de empreendimento econômico solidário. Estas demandas chegavam à ITCP/Unimontes por meio de organizações como Associações de Moradores, Associações de Pequenos Produtores Rurais, Instituições Filantrópicas e Programas governamentais de inclusão Social e Mediação de conflito.

De modo geral, a Incubadora seleciona as demandas, inicia um processo de formação e capacitação sobre economia solidária, autogestão, cooperativismo e associativismo. Em um segundo momento, acompanha as atividades fins do empreendimento, por meio de elaboração de projeto econômico financeiro, elaboração de estatuto e regimento, legalização do empreendimento etc. e, por fim, a inserção do empreendimento no mercado.

Com a Incubadora surgiram novas articulações regionais, estadual e municipal; nos Fóruns, Plenárias e Conferência de Economia Popular Solidária. Em 2008, a ITCP participou do Edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - PRONINC – Modalidade A (novas incubadoras), sendo contemplada. Os empreendimentos incubados eram Cozinha Bem Servir, Padaria Semear, Flor do Pequi, Mulheres do Cerrado, UBCM, Essências do Cerrado, Cozinha Comunitária do Riachão, Associação dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável de Ponto Chic, Cooperativa Agroextrativista de Panelinhas (ITCP/UNIMONTES, 2013).

Observam-se dois tipos de cadeias de relações de apoio e parcerias nos casos estudados: relação de parceria dos empreendimentos com outras entidades; e conexões internas, entre os sócios dos próprios empreendimentos, uns com os outros. Essas relações são mantidas pela cooperação, solidariedade e confiança emergente dos sistemas sociais cooperativos que são gerados e reproduzidos pelas práticas de economia solidária em cada um dos empreendimentos, e destes com a comunidade local.

4.2 Redes Mais Abrangentes

As redes locais vão se desdobrando em redes mais abrangentes. No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização – (GT), feiras de cooperativismo e economia solidária, entre outras³. Desde o GT brasileiro da economia solidária, no ano de 2001, e a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES, sob a direção do professor Paul Singer que se iniciativas de mediar e articular as bases da economia Solidária no País. Isso não foi diferente no Norte de Minas Gerais.

Entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg, o Centro de Agricultura Alternativa - CAA, a Cooperativa Grande Sertão, a Cáritas, o Instituto Marista e os Sindicatos dos trabalhadores rurais da região tem papel importante na articulação inicial do movimento economia solidária na região, desde a década de 1990 e podemos considerar articulações na rede solidária até a atualidade. Por volta do ano de 2004 temos a atuação das incubadoras pronunciando ações no campo da economia solidária nos níveis de ensino, pesquisa e extensão – caso da ITCP/Unimontes.

A Fetaemg atua principalmente por meio de parcerias, realizando cursos de capacitação com o objetivo de qualificar a mão de obra dos trabalhadores rural objetivando a ampliação da renda da família, além de preparar esses trabalhadores a para participar e intervir no Movimento Sindical Rural, nas políticas públicas locais, regionais e nacional.

A economia solidária emerge, para a Fetaemg, principalmente para a inclusão de trabalhadoras rurais, como uma nova proposta de organização da produção e comercialização, em busca de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável. Essa forma de organização coletiva passou a ser discutida após a participação dos membros nas feiras de economia solidária que aconteciam em Belo Horizonte e nos Fóruns Estaduais, na década de 1990. Esse processo levou a organização de várias oficinas de discussão e formação sobre a economia solidária no Norte de Minas Gerais e posteriormente a apoio aos trabalhadores rurais organizados em cooperativas.

³ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 17 set. 2014.

O Centro de Agricultura Alternativa – CAA é uma organização de agricultores e agricultoras familiares do Norte de Minas Gerais que atua na Região desde 1989. Sua composição é feita, em grande maioria, por representantes de povos e comunidades tradicionais (geraizeiros, catingueiros, quilombolas, indígenas, veredeiros e vazanteiros). O CAA incentiva e auxilia a organização política dos agricultores familiares do Norte de Minas Gerais, mobilizando e capacitando recursos na busca pela dinamização dos processos produtivos da agricultura familiar, respeito os princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, tendo como foco a valorização da (agro)biodiversidade e a convivência com os ecossistemas regionais.

Outra instituição que atua no Norte de Minas é a Cáritas Brasileira. Essa instituição iniciou suas atividades em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membro da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. No Brasil é uma rede solidária, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e com mais de 15 mil agentes, a maioria voluntária. Atua em 450 municípios, organizada em uma rede com 178 entidades-membro, em 12 regionais, sendo: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional.

A Cáritas atua principalmente no fomento às iniciativas de economia solidária, segurança alimentar e nutricional, fundos solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores de materiais recicláveis, pequenos agricultores, assentados de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais.

As relações de cooperação e solidariedade estabelecidas entre as diferentes entidades aqui apresentadas constituem uma espécie de conexão por aqueles que se reúnem por motivo em comum, seja, social, econômico e intercâmbio de experiências e saberes formativos com vistas à constituição de um circuito próprio de desenvolvimento territorial.

Assim, concluímos que os empreendimentos econômicos solidários compartilham entre si e com a comunidade local, princípios e saberes, tecnologias sociais e um modo próprio de produzir e comercializar seus produtos sem perder sua autonomia. Durante vários momentos da pesquisa constataram-se essas relações de cooperação e solidariedade, por meio intercâmbio de informações em oficinas de formação e cursos de

aperfeiçoamento feitos em conjunto com outros empreendimentos da Região e a ITCP/Unimontes. Na troca de produtos e saberes nas feiras de economia solidária e nos momentos de socialização dos empreendimentos.

As relações entre os sócios dos empreendimentos, entre eles, com outros EES, e com a comunidade local só serão vínculos fortes e com potencial endógeno de mudança socioeconômica se suas ações conjuntas estiverem amparadas por um sentimento de pertencimento à comunidade. Essa parece ser a realidade desses sócios, que se uniram em prol de um objetivo comum, empreender coletivamente e com os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade.

O êxito em ações que objetivam a promoção do desenvolvimento econômico local está relacionado com o sistema produtivo local. Esse circuito produtivo deve ser delineado observando-se as particularidades ambientais da localidade, o acervo cultural de seu povo, o sentimento de pertencimento ao local, e o uso adequado de tecnologias apropriadas às especificidades locais (LLORENZ, 2001). No caso da economia solidária é preciso considerar ainda valores e regras de cooperação e solidariedade, desta forma o princípio puramente econômico regulador da relação entre os agentes perde sentido e se estabelecem alternativas de como conceber o desenvolvimento territorial (SINGER, 2004; POLANYI, 2012).

Para tanto, é necessário a institucionalização de novos padrões de relação com os poderes públicos. Novas formas de articulação e cooperação no que diz respeito a promoção de ações econômicas e sociais direcionadas a geração de trabalho e renda, reorganização das bases empresariais, implantação de infraestruturas básicas, capacitação de recursos humanos entre outros (LLORENZ, 2001). Em nossa pesquisa constatou-se que essas relações estão limitadas a ações pontuais das prefeituras, e em alguns casos do Fórum de Economia Solidária. No caso da prefeitura de Mirabela e da de Claros dos Poções (sede de dois dos empreendimentos), com ações de apoio a eventos de formação e divulgação da economia solidária. Quanto ao Fórum, as ações são no sentido de articular as lideranças locais e discutir as premissas para um modelo de desenvolvimento mais justo e igualitário.

Em se tratando de outras articulações com terceiro setor, associações e cooperativas, são iniciativas de natureza principalmente socioculturais, sócio-políticas e socioambientais. Elementos que são importantes ao se estruturar o enfoque do desenvolvimento local de modo mais amplo, considerando os princípios da economia solidária.

Por fim, temos a rede de cooperação e solidariedade estabelecida entre os empreendimentos econômicos solidários e o comércio local, por meio de trocas monetárias e bens equivalentes. São relações importantes por contribuir no processo de geração de trabalho e renda na localidade, mas é necessário estabelecer outras redes como a de finanças solidárias, consumo solidário, sistemas produtivos locais, entre outras.

5 Considerações Finais

Ao empreender um projeto de desenvolvimento territorial, chama-se a atenção para as especificidades de cada local. Cada espaço territorial (região, território, cidade, estado ou país) possuem diferentes aspectos, dificultando modelos padronizados de desenvolvimento. Nesse sentido, o caminho mais adequado ao desenvolvimento parece ser o que prioriza ações econômicas e de inclusão social, observando as peculiaridades de cada local, buscando minimizar ou eliminar os fatores que impedem o desenvolvimento territorial e potencializando suas vantagens produtivas.

Nessa perspectiva do desenvolvimento territorial, é possível deparar-se com duas lógicas distintas: uma amparada na importância das ações que privilegiam as vantagens produtivas do local, focando ações produtivas no conhecimento e busca de maior qualidade naquilo que a localidade tem como perfil produtivo, observando suas características socioeconômicas e ambientais. E outra, consoante com o pensamento crítico de Brandão (2007), que chama a atenção para as deficiências para o sucesso dessas experiências, advertindo o exagero na crença da capacidade endógena de determinado território em engendrar o desenvolvimento socioeconômico.

O fato é que para se consolidar um movimento em *prol* do desenvolvimento territorial de maneira mais ampla e duradora é preciso avançar no planejamento do processo de desenvolvimento local-comunitário. Apesar de os empreendimentos, aqui estudados, procurarem cooperar uns com os outros, as localidades não operam em circuitos, com uma função produtiva interligada. As redes de produção e comercialização são ainda muito incipientes e limitadas territorialmente. Nesse sentido, espera-se um maior envolvimento do poder público nos arranjos produtivos locais e na transformação socioeconômica dessas localidades. Essa atuação pode vir com a implantação de infraestruturas básicas, capacitação de recursos humanos, e, principalmente, por meio de fomento da cadeia produtiva local. Essas iniciativas devem ter o objetivo, de um lado, promover

a sustentabilidade das ações de produção e comercialização dos empreendimentos, e do outro, fortalecer o potencial endógeno do desenvolvimento territorial.

Por fim, o estudo dos três empreendimentos econômicos solidários nos traz a percepção de que práticas de economia solidária contribuem para o processo de desenvolvimento territorial, considerando valores como autonomia, cooperação, igualdade e solidariedade, com vista à inclusão econômica e social de populações excluídas do modelo de capitalismo vigente e que encontraram nos EES uma estratégia de geração de trabalho e renda. No entanto, ainda é necessário avançar em muitos pontos, como no maior apoio de políticas públicas ao movimento de economia solidária, apoio econômico aos empreendimentos solidários, ampliação das redes de produção e comercialização solidária.

Referências

BENKO, G. “Economias e territórios em mutação”. In: Benko, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 19-101.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2007.

BRANDÃO, C. R. O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os ‘localismos’ na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In: Brandão, C.A. **Território & Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

DAYRREL, Carlos. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem não Aparece nos Relatórios dos Agrobussines. In: LUZ, Cláudia.; DAYRREL, Carlos (org.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade em Montes Claros**: CAANM; Goiânia: Agência Ambiental de Goi[as], 2000.

FISCHER, Tânia. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão: Introdução à uma nova agenda. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002.

GOGELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, F. P; KLEIN. M. J; STEFFEN, M; MIRIANI, S. Introdução a Economia Solidária. Modulo 2. **Introdução a Economia Solidária**. Ministério do Trabalho –M.T.E e Secretária do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: <www.casabrasil.gov.br>, Projeto Casa Brasil. 2007 a. Acesso em: março/2014.

GRANOVETTER, M. “Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação.” In: Marques, R. e Peixoto (orgs.) **A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia**. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

HAESBAERT, R. “Definindo Território para entender a Desterritorialização” In: Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorializadade**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2006. Págs. 35-98.

KLEIN. M. J; STEFFEN, M; MIRIANI, S. Introdução a Economia Solidária. Modulo 2. **Introdução a Economia Solidária**. Ministério do Trabalho –M.T.E e Secretária do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: www.casabrasil.gov.br, Projeto Casa Brasil. 2007 a. Acesso em março/2014.

LESSA, Simone. Narciso. **Mesonorte: diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião do Norte de Minas: Unimontes**, 2007

LLORENS, Albuquerque, F. **Desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: BDMG, 2001.

MARIANI, M. A. P. ARRUDA, D. de O. **Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS**. 48º Congresso da SOBER, Campo Grande–Mato Grosso do Sul. 25 a 28 de junho de 2010.

MULS, Leonardo Marco. Território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**. Janeiro/abril 2008.

OGANDO, C. Uma proposta de indicadores sociais e econômicos para a avaliação de empreendimentos econômicos solidários. In: **Olhares multidisciplinares sobre economia solidária: Reflexões a partir de experiências do Programa Tecnosociais**. RONCATO, et. al. Cadernos IHU. Ano 10, nº41, 2012.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

ORTEGA, Antônio. César. **Territórios Deprimidos. Os Desafios do Desenvolvimento Rural**. Campinas-SP, Alínea; Uberlândia-MG, Edufu, 2008.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. Tese (Dourado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo (UPS), São Paulo, 2007. POLANYI, Karl. **A Subsistência do homem: e ensaios correlatos**. Organização Kari Polanyi Levitt; introdução Michele Cangiani; tradução Vera Ribeiro; revisão César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REIS. J. **Ensaio de economia Impura**. Coimbra, edições Almedina, 2007.

RODRIGUES, Luciene. (org.); CARDOSO, José Maria; OLIVEIRA, Marcos Fábio. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

SANTOS, Milton. **O Retorno do território**. OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6. N 16. Um. 2005.

_____. O retorno do território. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza Santos (org.) **Produzir para viver: os**

caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. São Paulo, Revista de Estudos Avançados, número 51, 2004.

TELLES, Selva de Souza Lima. **Velhos atores, novas práticas: desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2006.